

As estratégias de indeterminação do sujeito na construção de artigos de opinião no Ensino Fundamental: da norma gramatical à variação linguística

Daniela da Silva de Souza¹

RESUMO:

O artigo apresenta uma pesquisa de cunho variacionista com o objetivo de verificar quais estratégias de indeterminação são utilizadas por estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental na redação de artigos de opinião. A pesquisa fundamenta-se nos postulados teóricos de Duarte (2007, 2013), Bravin dos Santos (2012) e Perini (2010, 2013), que consideram a existência de mais estratégias de indeterminação além das duas que a Gramática Tradicional define. Os resultados obtidos mostram que os estudantes fazem uso de um variado número de estratégias de indeterminação, além das referendadas pela tradição gramatical, que, por outro lado, foram pouco utilizadas. Ademais, também apontam para a necessidade de a escola repensar o modo como vem trabalhando o tema caso deseje realizar um trabalho pedagógico produtivo e reflexivo, em consonância com os documentos oficiais que regulam o ensino de Língua Portuguesa.

PALAVRAS-CHAVE: Indeterminação do sujeito. Artigo de opinião. Ensino Fundamental. Gramática. Variação

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, aliar o conhecimento da Gramática Tradicional, doravante GT, aos constantes estudos científicos sobre os fenômenos linguísticos vem se tornando fundamental para um trabalho pedagógico eficaz no que diz respeito ao ensino de conteúdos vernaculares. Essa conjugação de fontes teórico-descritivas para o trabalho pedagógico tem sido necessária para o cumprimento dos objetivos e os pressupostos preconizados nos documentos oficiais brasileiros, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) e a Base Nacional Comum Curricular (2017).

¹ Mestre em Letras pelo Programa Profletras/UFRJ
Professora de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira pela Seeduc/RJ
(daniela_ds2@yahoo.com.br)

Tais documentos privilegiam a concepção socio-interacional de linguagem e apregoam, grosso modo, o estudo da língua em suas diversas situações de uso, dando destaque para o tema da variação linguística. Nessa perspectiva, não basta que o professor tenha domínio dos conteúdos gramaticais; ele precisa também conhecer os usos da língua em situações do cotidiano, a fim de instrumentalizar seus estudantes a utilizarem o vernáculo de modo consciente e reflexivo.

Neste artigo, que trata, especificamente, do tema da indeterminação do sujeito, observou-se certa discrepância entre os expedientes linguísticos descritos pela GT, que toma por base a escrita sobretudo literária, e os usos da língua verificados em situações diversas do cotidiano. Assim, após pesquisas sobre a literatura a respeito desse tema, identificou-se a necessidade de realizar um experimento científico para verificar o conhecimento dos estudantes sobre a indeterminação do sujeito, com o objetivo de fundamentar práticas docentes que se voltem para além das estruturas apresentadas na GT, sem deixar de considerá-las, tendo em vista também as diversas formas alternantes em uso, incluindo as que figuram nas variedades/normas² cultas.

Este artigo pretende, portanto, apresentar um estudo de cunho variacionista cujo objetivo é o de verificar que estratégias de indeterminação são utilizadas por alunos do 9º ano do Ensino Fundamental na redação de artigos de opinião e em que medida esses discentes fazem uso das estratégias referendadas pela GT no gênero textual em questão.

A GT considera como recurso para a indeterminação do sujeito apenas duas formas, a saber: (I) verbo na 3ª pessoa do plural; e (II) verbo na 3ª pessoa do singular com o pronome “se”. No entanto, Duarte (2007) e Perini (2013) registram outros expedientes para indeterminar o sujeito, estejam os constituintes que representam esses sujeitos indeterminados explícitos ou não. Dessa forma, nesta pesquisa, foram considerados os postulados dos referidos autores para identificar as estratégias de indeterminação do sujeito encontradas no *corpus* analisado.

A presente pesquisa considerou como fenômeno variável, especificamente, a indeterminação do sujeito, e como variantes todas as estratégias empregadas pelos estudantes, que se configuraram como estruturas para a análise quantitativa das ocorrências conforme os pressupostos da Sociolinguística Variacionista (cf. WEINREICH, LABOV, HERZOG, 1968; LABOV, 1972). Tenciona-se aferir que fatores condicionantes favorecem ou desfavorecem o uso de determinada estratégia de indeterminação. Também se deseja mensurar que estratégias

² A respeito da polissemia do termo norma, recomenda-se a leitura de Faraco (2008).

são mais bem avaliadas por parte dos estudantes, já que o contexto empregado na produção textual se refere a uma situação em que eles, em alguma medida, consideram que estão sendo avaliados pelo docente.

A partir dos resultados obtidos nesta pesquisa, deseja-se fomentar reflexões por parte dos professores quanto ao trabalho pedagógico com o tema da indeterminação, levando em consideração não só o que assevera a GT como também em relação às normas de uso empregadas pelos estudantes na redação de artigos de opinião.

Vale destacar, ainda, que a escolha pela produção de artigos de opinião, como forma de gerar o material para a coleta de dados para a pesquisa, deve-se ao fato de que a elaboração desse gênero oportuniza o emprego dessas estratégias, haja vista a necessidade de impessoalização do discurso por parte de quem o produz.

Cumpre, por fim, mencionar que, nesta pesquisa, foi utilizado o pacote de programas Goldvarb-X, importante instrumento que compõe o aporte metodológico da Sociolinguística, uma vez que possibilita atestar a produtividade do fenômeno no *corpus* estudado, além de definir as condições que favorecem ou restringem as variações ou mudanças.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção, primeiramente será apresentado o conceito de indeterminação do sujeito conforme apregoa a GT. Em seguida, esse conceito será confrontado com os estudos linguísticos realizados por Duarte (2007), Bravin dos Santos (2012) e Perini (2010, 2013), que embasam este trabalho. Por fim, será também realizada uma breve exposição acerca do estudo sobre a indeterminação no âmbito da escrita produzido por Cavalcante.

2.1.O FENÔMENO DA INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO: GT X ESTUDOS LINGUÍSTICOS

De modo geral, a GT trata do sujeito indeterminado como um dos cinco tipos de sujeito, quais sejam: simples, composto, oculto, indeterminado e oração sem sujeito/inexistente.

Normalmente, para definir os três primeiros tipos de sujeito, os autores priorizam o critério formal/estrutural, atentando para a presença ou não da forma e, quando presente, para o número dos núcleos. Quando, porém, vão definir o sujeito indeterminado, costumam partir

de uma definição semântica, mas centram a descrição em apenas dois tipos de estruturas formais, misturando, em certa medida, os dois critérios. A oração sem sujeito é concebida a partir da ausência de um referente, embora nem sempre essa noção esteja bem delimitada e detalhada.

Em Cunha e Cintra (2001 [1985], p. 122), por exemplo, encontramos como definição para sujeito a seguinte explicação: “o ser sobre o qual se faz uma declaração”. Embora não seja o objetivo específico do presente trabalho, cabe mencionar a impropriedade dessa definição, visto que se refere mais ao conceito de tópico do que efetivamente de sujeito (cf., a esse respeito, PERINI, 2010; DUARTE, 2007). Na realidade, a identificação de sujeito, que envolve uma série de parâmetros, depende do reconhecimento da primeira posição de argumento especificado em uma predicação, o que didaticamente costuma ser apontado a partir de testes de perguntas (O quê? Quem?) ao verbo e da possibilidade de concordância verbal.

Mais adiante, Cunha e Cintra afirmam que os sujeitos se classificam em simples (aquele que tem apenas um núcleo) e composto (aquele que tem mais de um núcleo), oculto (determinado [aquele que não está expresso na oração, mas pode ser identificado]), indeterminado (será visto com maiores detalhes em seguida) e oração sem sujeito (aquele em que o processo verbal em si não pode ser atribuído a nenhum ser).

A respeito do sujeito indeterminado, asseveram que este ocorre quando “o verbo não se refere a uma pessoa determinada, ou por se desconhecer quem executa a ação, ou por não haver interesse no seu conhecimento” (CUNHA, CINTRA, 2001, p. 128). Para sua realização, ainda conforme os estudiosos, o verbo da oração deve estar na terceira do plural ou na terceira pessoa do singular com o pronome *se*.

Cunha e Cintra não discutem sobre o critério de o clítico *se* ser considerado indeterminador apenas com verbos que não sejam transitivos diretos. Eles vão abordar essa questão apenas no capítulo que trata dos pronomes, mais especificamente na seção que discute os valores do *se*. Nela, afirmam que o *se* pode ser considerado apassivador; no entanto, não dizem quando isso ocorreria e apenas apresentam dois exemplos de sentenças com esse caso.

Logo após, passam a falar do *se* como índice de indeterminação do sujeito. Nessa função, o *se* estaria junto à 3ª pessoa do singular de verbos intransitivos ou de transitivos tomados intransitivamente e citam dois exemplos, dos quais se transcreve apenas um:

(1) *Martelava-se, serrava-se, acepilhava-se.*

Revista Gatilho, Juiz de Fora, v. 25, p. 335-362, 2023 – ISSN: 1808-9461

Sem maiores explicações, passam, após essa breve descrição, a discutir a noção de oração sem sujeito.

Atentando-se para a definição de Cunha e Cintra acerca dos sujeitos e seus tipos, percebe-se que, para definir os três primeiros tipos, a gramática vale-se do critério mais estrutural, posto que as definições estão ancoradas na questão do núcleo (simples/composto) e no fato de estar expresso ou não na oração (sujeito oculto/determinado). No caso da oração sem sujeito, o conceito centra-se no fato de não haver relação de um ser com o processo verbal.

Quanto à definição de sujeito indeterminado, nota-se que apenas o critério sintático não é suficiente para defini-lo. Ao afirmarem que “o verbo não se refere...”, considera-se uma definição ancorada no critério sintático, pois estaria trabalhando com a relação sujeito-verbo. Contudo, ao completarem a definição “... a uma pessoa determinada, ou por se desconhecer quem executa a ação, ou por não haver interesse no seu conhecimento.”, percebe-se que necessitam valer-se de um critério semântico-discursivo, visto que atentam para o contexto significativo e comunicativo.

Há, portanto, uma mistura de critérios para definir o sujeito indeterminado. Além disso, usar o termo “pessoa” pode causar certa confusão e dificuldade de compreensão, como discutirão mais adiante Bravin (2012) e Perini (2013). Grosso modo, a confusão acontece porque o aluno pode entender o uso do vocábulo como se estivesse se referindo à pessoa discursiva ou à pessoa do mundo físico; logo, numa frase como

(2) Quebraram a porta do banco.,

o aluno poderia afirmar que há, sim, um sujeito do tipo oculto, já que se pode estabelecer a pessoa com a qual o verbo está combinando. O pressuposto básico seria o de que há sempre três pessoas do discurso: 1ª, 2ª e 3ª do singular e plural. Pela terminação verbal, chegará facilmente à resposta de que o sujeito está oculto e como irá o professor sair-se desse imbróglio? Aqui, é preciso, então, que se considere que o que não se pode determinar é o referente.

Duarte (2013 [2007], p. 195) aponta incongruências na definição apresentada pela GT para o sujeito indeterminado, ao confrontar essa definição com os cinco tipos de sujeito estabelecidos pela própria GT. Segundo a pesquisadora, trata-se de uma noção semântica cuja classificação só faria sentido se o sujeito indeterminado fosse colocado em oposição ao sujeito determinado, que constitui um sujeito que tem referência definida no contexto discursivo.

A autora vai além e propõe uma classificação para o sujeito que se basearia em dois critérios: (a) quanto à forma (estrutura), o sujeito pode vir expresso ou não expresso; e (b) quanto à referência (seu conteúdo, valor semântico), o sujeito pode ter referência definida, indefinida ou não ter referência.

Nessa proposta de classificação, o sujeito indeterminado seria verificado, portanto, em todos os casos que se enquadrassem no sujeito de referência indefinida, conforme ilustram os exemplos a seguir:

- (3) *Roubaram as rosas do jardim.*
 - (4) *Precisamos de ordem e progresso.*
 - (5) *Não usa mais máquina de escrever.*
 - (6) *Vende apartamento.*
 - (7) *Eles estão assaltando nesse bairro.*
 - (8) *A gente precisa de ordem e progresso.*
 - (9) *Você vê muito comércio no centro.*
- (Fonte: adaptado de DUARTE, 2013, p. 196)

Bravin dos Santos (2012) também realizou estudos sobre o fenômeno da indeterminação do sujeito. Ao discorrer sobre os aspectos que poderiam dificultar a compreensão das formas de indeterminação por parte dos alunos, afirma que um desses aspectos diz respeito aos critérios utilizados para conceituá-las. A autora observa a definição dada por Cunha e Cintra, já mencionada anteriormente, e afirma que eles associam o sujeito indeterminado à noção de pessoa, termo ambíguo e que pode gerar certa confusão por parte dos aprendentes. Conforme a pesquisadora, o termo *pessoa* poderia ser entendido como indivíduo ou como pessoa gramatical. Dessa forma, ficaria estabelecida uma correspondência entre a realização linguística do sujeito indeterminado e o indivíduo que pratica a ação do verbo, e os estudantes poderiam confundir o sujeito gramatical com o sujeito humano.

Bravin dos Santos cita Duarte (2013 [2007], p. 195), ratificando o que aponta esta: “a noção de sujeito indeterminado é semântica, cujo traço é o de referência indefinida, podendo se realizar por meio de formas não expressas e expressas”. Afirma, também, que neste ponto recai outro aspecto da dificuldade de compreensão do tema por parte dos estudantes. A GT descreve apenas estruturas com verbos em que o lugar do sujeito não se encontra preenchido, sugerindo, portanto, que esse contexto seja marca da indeterminação; porém, como afirma Duarte, há maneiras de se indeterminar o sujeito através do uso de formas expressas.

Bravin dos Santos assevera, ainda, que Duarte não menciona, na listagem elencada anteriormente, a forma de indeterminar constituída por “verbo na 3ª pessoa do singular + *se*”, pois trata desse caso de forma particular ao discutir o caráter passivo ou indeterminador do clítico.

Voltando a Duarte, esta afirma que “toda construção com “*se*” (apassivador ou indeterminador) tem o argumento externo indeterminado”. Logo, em “Aluga-se apartamentos”, não considera a oração uma construção passiva e que esteja inadequada em virtude do suposto desvio da concordância, conforme apregoam as demais gramáticas tradicionais. A autora não faz distinção entre o *se*epassivador ou indeterminador, classificando, assim, todos os casos de estruturas formadas dessa maneira como estrutura de indeterminação (com traço de referência indefinida, arbitrária), interpretação com a qual Bravin dos Santos concorda.

Perini, em sua *Gramática do Português Brasileiro* (2013, p. 83), também discute o fenômeno ora estudado, partindo da definição para os termos “determinação” e “indeterminação”. Segundo ele, trata-se do fenômeno que consiste em entender mais ou menos esquematicamente a referência de um sintagma. Desse modo, concebe a indeterminação como uma categoria escalar, gradual. Citando o sintagma *esse menino louro*, o autor identifica-o como determinado, porque fornece ao receptor meios de identificar a pessoa em questão. No entanto, a forma *menino*, sem determinante, seria menos determinada, porque, ao usá-la, fala-se dos meninos em geral, conforme ilustra o exemplo:

(10) *Menino dá muito trabalho.*

Afirma que, quanto menos individualizada for a referência, mais **indeterminado** será o sintagma respectivo. Demonstra, ainda, que há graus de indeterminação que são marcados gramaticalmente pelas línguas. O autor assevera ser o Português bastante rico neste particular, pois oferece diversos recursos de indeterminação, que permitem uma variedade notável de “nuances de significado” (PERINI, 2013, p. 83).

Perini considera que a indeterminação do sujeito se exprime através de recursos sintáticos e lexicais. Além dos recursos já citados por Duarte (2013 [2007]) e ratificados por Bravin dos Santos (2012), acrescenta o uso de sintagmas nominais sem determinante além dos demais SNs, que, em geral, restringem a referência a seres humanos como *a pessoa*, *o sujeito*, *o cara*, como mostram os exemplos (11) e (12):

(11) *Criança suja muito o chão.*

(12) *O sujeito toma droga e ameaça quebrar tudo.*

O linguista não entra no mérito da discussão acerca do *se* como indeterminador ou como apassivador.

2.2. A INDETERMINAÇÃO NO ÂMBITO DA ESCRITA

Cavalcante (1999) investigou o fenômeno da variação na escrita de textos jornalísticos dos séculos XIX e XX, perfazendo os períodos de 1848 até 1998. A pesquisadora usou como pressupostos metodológicos os princípios da Sociolinguística Quantitativa e também a Teoria de Princípios e Parâmetros.

Os textos selecionados por Cavalcante foram classificados como mais formais (editoriais e artigos de opinião) e menos formais (crônicas), textos por meio dos quais a pesquisadora objetivava verificar se a norma culta praticada nos jornais acompanha as prescrições da GT e, ainda, se as mudanças na modalidade oral constatadas por Duarte (1993, 1995) já teriam reflexos na modalidade escrita. Após a análise dos dados, Cavalcante chegou à conclusão de que há outros recursos para indeterminar o sujeito nesses gêneros textuais, além dos que são considerados pelas GT. No material analisado, ela observou, também, a presença das formas pronominais *nós*, *a gente*, *you* e *eles* (expressos).

Em relação aos gêneros textuais analisados, a autora constatou a competição entre o uso de *se* e *nós* em todos os períodos estudados. Ficou esclarecido que os editoriais apresentaram comportamento mais conservador, pois, como destaca a autora, constituem um gênero supostamente mais monitorado quanto à formalidade; por essa razão, faz uso de um padrão normativo mais condizente com o das prescrições da GT. De forma diferente comportaram-se as crônicas, já que, por serem um tipo de texto mais autoral e possivelmente menos monitorado quanto à formalidade, facilitaram a introdução de novas formas de indeterminar.

De modo geral, o estudo de Cavalcante aponta para um enrijecimento da norma na modalidade escrita sob análise já que a estratégia de indeterminação com o uso de *se* predomina em todos os tipos de gênero textual. Entretanto, não pode ser ignorada a introdução, ainda que discreta, de outras formas de indeterminação nesses gêneros, especialmente nas crônicas, como *nós*, *a gente* e *you*.

Os resultados obtidos por Cavalcante serão cotejados com os dados encontrados na pesquisa empreendida.

3. METODOLOGIA DE PESQUISA

Nesta seção, discorre-se, concisamente, a respeito do modo como a pesquisa foi realizada desde a apresentação dos estudantes que colaboraram na elaboração do *corpus* analisado, passando, em seguida, pela maneira como os artigos de opinião foram produzidos, até que se chegue ao modo como os dados coletados foram tratados pelo programa Goldvarb-X.

3.1. OS PARTICIPANTES DA PESQUISA

A presente pesquisa foi realizada com cento e cinquenta estudantes matriculados no Ensino Fundamental em uma escola da rede pública do município do Rio de Janeiro. Esses estudantes estavam distribuídos em quatro turmas distintas de nono ano, perfazendo um total de setenta e cinco adolescentes do sexo masculino e outros setenta e cinco do sexo feminino. A unidade escolar localiza-se no bairro de Paciência, um bairro de classe média baixa que integra a zona oeste do município do Rio de Janeiro.

3.2. O INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS: OS ARTIGOS DE OPINIÃO

O gênero textual artigo de opinião já havia sido estudado pelos estudantes participantes da pesquisa. Apesar disso, eles apresentavam certa dificuldade com a estrutura do gênero mencionado. Assim sendo, primeiramente, o gênero textual foi retomado através de uma exposição oral, realizada pelos docentes regentes de turma que colaboraram com o experimento. Havia o objetivo de construir o conceito sobre o gênero artigo de opinião com os discentes.

Dando continuidade ao experimento, os estudantes receberam a cópia de um artigo de opinião escrito pelo jornalista Elio Gaspari, que aborda o tema “maioridade penal”. O texto foi lido em sala de aula e debatido com todos os estudantes que participaram do experimento.

Em seguida, os alunos foram divididos em dois grupos para que pudessem discutir sobre o tema em questão, sendo um grupo contra e o outro a favor da redução da maioridade penal. Os grupos tiveram cerca de quinze minutos para discutir e apresentar, por meio de um representante, seus argumentos contra ou a favor do tema.

Por fim, como etapa final da atividade, realizada ao longo de dois dias letivos, foi solicitado que cada um deles redigisse um artigo de opinião, em que deveriam se posicionar contra ou a favor a respeito do tema discutido. A escolha do tema “redução da maioria penal” deveu-se ao fato de que esse tema tem influência direta na vida desses estudantes, uma vez que eles tinham idades variando entre quatorze e dezesseis anos, faixa etária que poderá vir a ser afetada caso haja uma mudança na legislação quanto a esta matéria.

3.3. O TRATAMENTO DOS DADOS COLETADOS

Primeiramente, os dados obtidos foram submetidos a uma abordagem quantitativa das ocorrências encontradas, de modo a verificar se há, em termos qualitativos, alguma especificidade quanto ao tipo de estratégia empregada em cada caso. Em seguida, com base nos dados quantitativos, foram testadas hipóteses de natureza linguística e extralinguística que permitissem compreender o funcionamento da regra variável na produção escolar.

A quantificação geral dos dados encontrados nos artigos de opinião permitirá avaliar as formas alternantes dominadas pelos discentes participantes do experimento, de modo a responder às seguintes questões investigativas: (i) quais são as estratégias de indeterminação produzidas pelos estudantes que estão concluindo o Ensino Fundamental?; (ii) eles empregam outras estratégias além das referendadas pela GT?; (iii) os estudantes utilizam em maior ou menor grau estratégias consideradas inovadoras de indeterminação do sujeito, como, por exemplo, formas pronominais como *você*?; e (iv) em que medida eles se utilizam da estratégia de indeterminação do sujeito referendada pela GT “verbo na 3ª pessoa do singular + pronome *se*”?

Para aferir as motivações relacionadas ao uso das estratégias de indeterminação do sujeito, realizou-se, a partir das ocorrências dessas estratégias nos artigos de opinião, uma análise preliminar do comportamento da regra variável com base em recursos providos pelo Programa Goldvarb-X. Por meio dessa análise, buscou-se descrever as principais tendências verificadas nas redações escolares do 9º ano do Ensino Fundamental em análise, estatisticamente apontadas pela seleção de grupos de fatores relevantes ao condicionamento do fenômeno.

Como se trata apenas de uma pesquisa panorâmica para diagnosticar as estratégias empregadas pelos alunos, foi realizada inicialmente a análise dos dados quantitativos em termos de frequência bruta e percentual, de modo a aferir a distribuição geral das ocorrências

pela variável dependente (formas alternantes de indeterminação do sujeito) e pelos contextos controlados como variáveis independentes, grupos de fatores que poderiam favorecer ou não determinada variante indeterminadora.

Levantadas as frequências gerais, foram executadas apenas duas rodadas multivariadas para complementar a análise e verificar as tendências estatísticas em relação às variantes que foram empregadas³: uma que teve como valor de aplicação uma forma pronominal mais inovadora, *você*, em contraposição às demais, configurando uma regra binária, e outra que teve como valor de aplicação a forma mais neutra, a variante *nós*, contra as demais.

Os resultados providos pela análise da distribuição de dados dos artigos de opinião, conforme já foi salientado, e, ainda, pela análise multivariada dos dados desse mesmo instrumento de pesquisa, com pesos relativos, permitiram à pesquisa sociolinguística responder, de modo geral, à seguinte pergunta: quais são os fatores linguísticos e extralinguísticos que interferem no condicionamento da regra variável de indeterminação do sujeito? Para responder a essa questão, foram controlados alguns grupos de fatores e formuladas algumas hipóteses para a investigação.

3.3.1. Descrição da variável: estratégias de indeterminação

As gramáticas tradicionais, de modo geral, consideram que o quadro dos pronomes pessoais do Português é constituído de um paradigma que opõe seis formas distintas (eu, tu, ele, nós, vós, eles), sendo possível recuperar o sujeito oculto por meio das desinências verbais. Em geral, desconsideram duas formas pronominais, que sofreram um processo de gramaticalização, encontradas no uso da língua: *você* e *a gente*.

A primeira é geralmente considerada uma forma de tratamento, e não uma forma pronominal de 2ª pessoa, ao passo que a segunda não costuma ser sequer mencionada, talvez, pelo fato de que algumas dessas gramáticas tradicionais a considerem própria da linguagem informal. Assim, a respeito da indeterminação do sujeito, a abordagem da GT também não leva em conta essas formas pronominais como expedientes para a indeterminação, diferentemente do que vem sendo verificado em trabalhos científicos, inclusive em alguns dos já citados neste artigo.

³ Embora o objetivo inicial fosse realizar uma análise multivariada tomando a 3ª pessoa do singular + *se* como valor de aplicação, o experimento não foi possível devido à escassez de dados dessa variante nos artigos de opinião produzidos pelos estudantes (apenas três ocorrências).

No *corpus* investigado no presente trabalho, esperava-se encontrar ocorrências dessas formas pronominais que têm se mostrado produtivas para indeterminar, como atestam os trabalhos já descritos. Por isso, o controle da regra variável permitiu mapear qualquer estratégia de indeterminação do sujeito utilizada. Para a análise multivariada, consideraram-se como constitutivas da variável dependente as estratégias de indeterminação do sujeito encontradas no material investigado.

A seguir, elenca-se a totalidade das estratégias com alguns exemplos:

i) **Verbo na terceira pessoa do singular + se**

(13) *...precisa-se reconhecer a necessidade de que se um jovem tem maturidade para roubar ou praticar algo contra a lei, terá a mesma capacidade de ser punido conforme a lei.*

ii) **Eles (expresso/não expresso)**

(14) *Eles pensam que os idosos irão estar seguros com policiamento.*

(15) *Essa é a minha opinião porque devem reduzir a maioridade penal.*

iii) **Você**

(16) *... dói quando você vê seu melhor amigo do jardim de infância virar um marginal.*

(17) *Você não precisa virar um “jovem infrator” para que tenha tudo que quiser.*

iv) **Nós (expresso/não expresso)**

(18) *É muito triste nós vemos constantemente notícias de jovens e adolescentes como eu, fazendo tudo que um adulto faz.*

(19) *Vivemos numa sociedade em que o jovem pode tomar uma grande decisão pro nosso país que é votar e não responder pelos próprios atos?*

v) **Os pronomes indefinidos alguém, ninguém e todo**

(20) *...ninguém corre atrás ninguém luta, para mim um jovem que tem coragem de matar uma pessoa tem coragem de assumir seus erros.*

(21) *...deveriam procurar na escola se alguém está com porte de arma ilegal, ou até mesmo com porte de droga.*

vi) **Formas nominais**

(22) *As pessoas têm que aprender o certo e o errado.*

(23) *Muitas pessoas estão revoltadas com o fato de que uma pessoa só pode ser presa depois dos dezoito anos, ...*

vii) **Eu**

(24) *Eu só posso votar pra tentar mudar isso com 16, ...*

(25) *Mas eu posso matar, estuprar e roubar desde sempre.*

3.3.2. As variáveis independentes

Sabe-se que as variáveis, tanto as linguísticas quanto as não linguísticas não agem isoladamente, mas operam num conjunto complexo de correlações que inibem ou favorecem o emprego de formas variantes semanticamente equivalentes (cf. MOLLICA in MOLLICA; BRAGA 2013 [2004], p. 28). Assim, consideraram-se como variáveis independentes os seguintes grupos de fatores: gênero/sexo, única variável extralinguística possível (visto que todos os alunos são de perfil semelhante quanto à escolaridade, idade e classe social, por exemplo); e tipo de construção verbal, tempo e modo verbal, transitividade verbal e tipo de oração,⁴ estas de caráter estrutural.

Após o tratamento dos dados em relação aos grupos de fatores elencados, foram encontrados resultados relevantes para a pesquisa em relação ao fator gênero/sexo. A esse respeito, salienta-se que a amostra analisada é constituída por setenta e cinco artigos de opinião elaborados por alunos do nono do Ensino Fundamental, bem como outros setenta e cinco artigos de opinião elaborados por alunas também do nono ano do Ensino Fundamental, totalizando cento e cinquenta artigos.

Não se pode desconsiderar da análise da dimensão social da variação e da mudança linguística o fato de que, a maior ou menor ocorrência de certas variantes, principalmente as que se envolvem na questão forma padrão/forma não padrão e o processo de implementação de mudanças estejam associados ao fator gênero/sexo do falante e à forma de construção social dos papéis que homens e mulheres exercem na sociedade, conforme salienta Paiva (2013 [2004], p. 33).

Assim sendo, investigou-se como o fator gênero/sexo dos informantes, tencionando verificar, por exemplo, se os meninos farão mais uso de estratégias inovadoras do que as

⁴ As variáveis independentes tipo de construção verbal, tempo e modo verbal, transitividade verbal e tipo de oração não estão sendo exploradas neste artigo, pois o objetivo é apenas mapear o comportamento dos estudantes em termos gerais.

meninas, supostamente mais atentas ao padrão da norma gramatical, se essas formas serão usadas por ambos os grupos na mesma proporção, ou, ainda, se um gênero/sexo faz mais uso de uma forma do que o outro.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Será apresentado, primeiramente, um panorama com os resultados quantitativos gerais da amostra, seguidos de análise considerando pesquisas anteriores a respeito do tema. Após essa análise global dos resultados, a sistematização irá se ater a uma análise mais acurada da variável sexo.

4.1. DISTRIBUIÇÃO DOS DADOS PELAS VARIÁVEIS: RESULTADOS GERAIS

Na Tabela 1, encontra-se representada a distribuição dos dados coletados nos artigos de opinião pelas estratégias de indeterminação do sujeito encontradas.

Tabela 1: Distribuição geral das estratégias de indeterminação do sujeito nos artigos de opinião.

Estratégias de indeterminação	Valores absolutos	Valores percentuais
Nós (expresso/não expresso)	70/268	26,1%
Você	22/268	8,2%
Eles (expresso/não expresso)	37/268	13,8%
Eu	17/268	6,3%
Verbo na 3ª pes. do sing. + <i>se</i>	3/268	1,1%
Formas nominais	76/268	28,4%
Pronomes indefinidos	32/268	11,9%
Ø + verbo na 3ª pes. do sing.	11/268	4,1%

Fonte: Souza (2015, p. 82)

4.1.2. Análise global dos resultados

Os resultados mostram que duas estratégias de indeterminação, com índices muito aproximados, disputam o caráter de opção preferencial dos estudantes quanto à expressão de sujeito de referência indefinida: formas nominais (28,4%) e *nós* (26,1%).

O emprego das formas nominais figura como sendo a estratégia mais empregada pelos alunos participantes desta pesquisa, totalizando 28,4% das ocorrências. Sendo essas expressões, via de regra, explícitas, o resultado vai ao encontro da tendência brasileira ao preenchimento do sujeito. Conforme atestam os resultados de Duarte (2007), o Português Brasileiro, doravante PB, estaria, cada vez mais, se aproximando dos padrões de uma língua de sujeito preenchido, o que, como afirmam Duarte e Varejão (2013), confirmaria sua natureza de “língua pro-drop parcial”.

Muitas dessas formas nominais são constituídas pelo nome *pessoa*, seja essa forma usada no singular ou no plural, e acompanhada, por vezes, de modificadores. Outra expressão também bastante utilizada como parte de um sintagma foi *mundo*. Além disso, verificou-se, ainda, o emprego das formas nominais do tipo *um indivíduo* e *um imbecil*. Os exemplos abaixo ilustram as referidas formas nominais:

(26) *...porque aos 15 as pessoas já sabem muito bem do que está fazendo e sabem responder bem as pessoas e advogado, juiz etc.*

(27) *...na minha opinião, todo mundo deve pagar pelos seus atos independente da idade,*

(28) *Se um imbecil de 18 anos para cima comete um ato inconstitucional ele é punido;*

Observando os exemplos, pode-se constatar que os discentes optaram por sintagmas nominais de caráter generalizante para construir suas sentenças com graus variados de indeterminação. Desse modo, pode-se observar que a expressão semântica de indefinidade, aqui tomada de forma escalar, ocorre por meio de expedientes gramaticais diversos, com valor mais ou menos generalizante.

Logo após o uso das construções nominais, observa-se a preferência pela estratégia *nós* (expresso/não expresso) em um expressivo percentual de 26,1%. O resultado vai ao encontro dos dados de Bravin dos Santos (2003), que, em pesquisa empreendida com informantes do Ensino Médio, verificou percentual ainda mais alto (59%) de uso da estratégia *nós*, sendo esses dados coletados em noventa textos divididos nas seguintes tipologias: narrativo, descritivo e dissertativo-argumentativo.

Conforme Cunha e Cintra (2001, p. 283), o emprego da 1ª pessoa do plural pela correspondente do singular denomina-se “plural de modéstia”, e faz-se uso dessa estratégia “com a finalidade de evitar um tom impositivo ou muito pessoal de [...] opiniões”. Ao que parece, essa finalidade pode ter sido a motivação para a preferência de boa parte dos alunos pelo uso de *nós* (expresso/não expresso) em textos argumentativos, como nos exemplos a seguir:

(29) ... *nós* merecemos vida melhor sem bandidos.

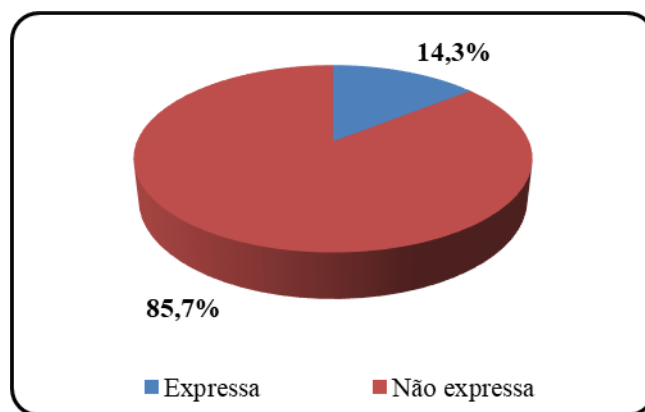
(30) Então, *devemos* reduzir para menos de 18 anos de idade, para ver se eles aprendem a não aprontar mais.

Nota-se que o expressivo índice de uso da forma pronominal *nós* (expresso/não expresso) se coaduna com os resultados encontrados por Duarte (2007) ao analisar cartas e textos jornalísticos ao longo dos séculos XIX e XX. A pesquisadora afirma que é possível verificar a ressurreição do pronome *nós*, forma que mantém o nível de formalidade necessário, sem, contudo, trazer a complexidade de uso da estratégia: verbo na terceira pessoa do singular + *se*.

Cabe ressaltar ainda, com relação ao uso da estratégia *nós*, a preferência pelo uso da forma não expressa nos artigos de opinião produzidos pelos alunos. De um universo de setenta ocorrências, contabilizou-se o uso da forma não expressa em 85,7% da amostra, o que corresponde a sessenta ocorrências. Já quanto ao uso da forma expressa, constatou-se apenas dez ocorrências, o que corresponde a 14,3%. Ao que parece, essa preferência pela não explicitação do sujeito relaciona-se ao fato de se tratar da expressão da primeira pessoa – que exhibe comportamento diferenciado nos diversos estudos sobre o tema – e sobretudo na modalidade escrita. Esse comportamento diferenciado reforça o pressuposto de que o traço de pessoa exerce forte influência na explicitação ou não do sujeito.

O gráfico a seguir ilustra os resultados ora descritos:

Gráfico 1: Distribuição da forma pronominal *nós* (expressa/não expressa).



Fonte: Souza (2015, p. 85)

Outra estratégia utilizada pelos alunos foi a do emprego do pronome *eles* (expresso/não expresso) com 13.8% das ocorrências, seguida pelo uso da estratégia *você*, totalizando 8.2% das ocorrências. A respeito da estratégia *eles* (expresso/não expresso), cabe ressaltar que o percentual apresentado engloba também os usos da estratégia referendada pela GT, Ø + verbo na 3ª pessoa do singular, que, por terem sido poucos, foram amalgamados à estratégia *eles* expresso. Os exemplos (31) e (32) ilustram o uso da forma pronominal *eles* (expresso/não expresso).

(31) ... se **liberarem** a redução da maioridade penal pra da mais responsabilidade para o jovem teriam que liberar outros benefícios para o jovem, ...

(32) **Eles** deveriam fazer o julgamento do jovem por crime e eu não falo de idade porque não depende da idade...

Bravin dos Santos (2003) observou 4% de ocorrências de *você* no *corpus* por ela controlado, o que, segundo a pesquisadora, ilustra a hipótese de que vem ocorrendo uma lenta infiltração do pronome *você* como forma de indeterminação nos textos escritos, como ocorre em (33) e (34).

(33) Hoje, no Brasil só a partir de 18 anos **você** responde pelos seus atos infracionais.

(34) Na minha opinião, se **você** faz merda significa que aceitou pagar pela sua irresponsabilidade [...]

Além das estratégias mencionadas anteriormente, evidencia-se o uso dos pronomes indefinidos como forma de indeterminar o sujeito, totalizando 11,9% das ocorrências, e o uso da estratégia denominada por Cavalcante (1999) como “zero”, somando 4,1% das ocorrências. Esta última foi registrada pela autora como uma possibilidade no PB:

Ao lado da preferência pelos sujeitos pronominais preenchidos, ocorre, no entanto, uma outra característica que separa o PB do PE, relacionada justamente à categoria vazia na posição de sujeito: o PB permite sujeitos nulos de terceira pessoa do singular com um referente indeterminado (CAVALCANTE, 1999, p. 65).

Ademais, verificou-se, ainda, o uso da forma pronominal *eu*, responsável por apenas 6,3% de ocorrências do *corpus*. Chama-se a atenção para o fato de que essa estratégia não costuma ser muito verificada nos trabalhos acerca do tema; contudo, como o desejo era o de oferecer um retrato fiel das formas utilizadas pelos aprendentes concluintes do Ensino Fundamental, participantes desta pesquisa, fez-se questão de registrá-la.

(35) *Por exemplo, hoje **tenho** 17 anos amanhã faço 18 hoje mato 100 pessoas amanhã eu estou livre, então na minha opinião essa lei deve ser aplicada.*

(36) ***Eu** posso xingar minha professora, posso juntar meus amigos e estuprar a minha prima de 11 anos, posso assaltar que nada vai me acontecer.*

Por fim, vale ressaltar que uma das duas estratégias de indeterminação referendadas pela GT, a estratégia constituída pela estrutura verbo na terceira pessoa do singular + *se*, mostrou-se de fato não ser produtiva na escrita escolar, sobretudo no nível fundamental, alcançando o baixo percentual de 1,1%.

Na mesma pesquisa referida anteriormente, Bravin dos Santos (2003) obteve o parco percentual de 8% das ocorrências, o que, segundo a autora, revela a marginalidade nos textos dos alunos quanto ao emprego da estrutura de indeterminação preconizada pelas nossas gramáticas. Ainda segundo a pesquisadora, o resultado ratifica a hipótese de que a representação do sujeito pronominal de referência arbitrária esteja passando por um período de mudança e que outras formas de indeterminação apareçam com mais frequência do que o uso da estratégia verbo + *se*.

Vargas (2010), em estudo diacrônico sobre as estratégias pronominais de indeterminação, constatou que, até a década de 1950, a preferência era realmente pelo uso de *se* indefinido e pela 3ª pessoa do plural. Já nas décadas seguintes, observou uma queda brusca do uso da estrutura indeterminadora constituída pelo clítico *se*.

De modo geral, os resultados da presente pesquisa ilustram a preferência dos alunos participantes dessa amostra pelo uso das seguintes estratégias: formas nominais, formas pronominais *nós* (expresso/não expresso), *você*, *eu*, \emptyset + verbo na 3ª pessoa do singular e pronomes indefinidos, já que essas estratégias em conjunto correspondem ao total de 85.1% da amostra. Ademais, demonstram que a estratégia verbo na terceira pessoa do singular + *se*

não é produtiva, sendo suplantada pelas outras, pelo menos na escrita de estudantes que ainda estão em processo de letramento ⁵. Assim, os resultados, embora não apresentem toda a diversidade de pronomes que ocorre na fala vernacular, confirmam, de um lado, as várias opções do PB para a configuração de sujeitos de referência indefinida, que abrangem construções nominais e pronominais, sobretudo expressas; de outro, deixam ver, no fim do Ensino Fundamental, a aprendizagem de padrões típicos da modalidade escrita, como, por exemplo, o emprego de *nós* não expresso, que constitui uma estratégia intermediária entre as construções típicas da fala não monitorada, como *você*, por exemplo, e aquelas típicas da escrita altamente monitorada, como a forma pronominal *se*, presente em poucos dados do *corpus* e ilustrado em (30).

Duarte (2007), ao comparar as ocorrências de sujeito indeterminado no âmbito na fala e na escrita de falantes letrados, destaca as diferenças entre ambas e o fato de que a escrita se mostra conservadora, recuperando formas praticamente ausentes na fala.

Tratando especificamente do uso da construção verbo + clítico *se*, encontrada somente na escrita, a autora – embora tenha analisado um *corpus* constituído de dados produzidos por sujeitos letrados, enquanto o *corpus* desta pesquisa é constituído pela escrita de estudantes em processo de letramento – pontua duas colocações que são bastante relevantes para explicar as poucas ocorrências dessa estratégia de indeterminação.

Primeiramente, baseada em Kato (2005), que se vale da Teoria de Princípios e Parâmetros no âmbito da Linguística Gerativa, Duarte reflete sobre a forma como se incorporam, na aquisição dos parâmetros gramaticais, formas que aparentemente pertenceriam a “gramáticas” diferentes. Kato, considerando a existência de uma gramática nuclear, ao lado de uma periferia marcada, propõe um modelo explicativo para o que considerou a “gramática do letrado”.

De acordo com Kato, formas de uma gramática em desuso, com valores opostos aos da gramática nuclear, podem estar numa periferia marcada e ser acionados durante o processo de escolarização ou ao menos de contato com meios letrados. Essas formas seriam, então, resíduos de mudança, armazenados por crianças expostas a alguns usos de outras gramáticas em convivência, como leituras de provérbios, versinhos, orações, contos. Assim, afirma que a gramática do letrado seria fixada de forma diferente da nuclear, mas com acesso a um conhecimento periférico à Gramática Universal: em vez de selecionar todas as propriedades

⁵ Considera-se como estudantes em processo de letramento aqueles que estão desenvolvendo ou aprimorando as competências de leitura e escrita conforme o contexto das práticas sociais em que estão inseridos.

de um parâmetro, o indivíduo selecionaria apenas uma delas. O resultado desse processo seria a convivência de formas naturalmente adquiridas na convivência social e outras acionadas a partir desses contatos específicos típicos do letramento.

A segunda colocação diz respeito à aprendizagem e ao uso dessas estruturas advindas do letramento por parte dos usuários da língua. Duarte (2007) assevera que os alunos até tentam fazer uso das referidas estruturas, mas a produção resultante acaba por revelar a mescla dessas gramáticas. Ao analisar dados de redação de vestibular, a autora encontrou evidências de absoluta falta de familiaridade dos estudantes com determinadas construções, de modo a produzirem padrões que não são compatíveis com a estrutura “letrada” nem com a “natural”.

No caso da presente pesquisa, a dificuldade dos alunos em fazer uso da construção verbo + *se* pode ser explicada pelo fato de esse clítico não ser natural na chamada gramática nuclear dos estudantes, mas ser introduzido via contato com letramento. Além disso, o clítico *se* pode assumir uma posição variável em relação ao verbo e acionar estruturas passivas de difícil aprendizagem para um falante brasileiro.

4.2. ANÁLISE DA VARIÁVEL GÊNERO/SEXO

Nesta seção, serão ilustrados os resultados dos usos de estratégias de indeterminação nos artigos de opinião conforme o gênero/sexo dos informantes.

Tabela 2: Distribuição geral das ocorrências de indeterminação do sujeito nos artigos de opinião conforme o gênero/sexo dos informantes.

Gênero/sexo	Valores absolutos	Valores percentuais
Masculino	123/268	45,9%
Feminino	145/268	54,1%

Fonte: Souza (2015, p. 89)

Observando a **Tabela 2**, percebe-se que houve uma diferença pouco expressiva entre o uso das estratégias por parte dos meninos, totalizando 45,9% das ocorrências, contra 54,1% das ocorrências empregadas pelas meninas. Desse modo, conclui-se sobre a amostra que tanto o gênero/sexo masculino quanto o feminino (com cerca de metade de dados produzida por

cada um deles) fazem uso de estratégias de indeterminação em seus textos escritos, principalmente quando se trata de textos pertencentes à tipologia dissertativo-argumentativa.

No entanto, quando se considera o emprego de cada estratégia de indeterminação em virtude do fator gênero/sexo do informante, nota-se certa divergência em relação à preferência por determinadas formas de indeterminar o sujeito.

Tabela 3: Distribuição das estratégias de indeterminação do sujeito nos artigos de opinião conforme o gênero/sexo do informante.

Estratégias de indeterminação	Masculino	Feminino
Nós (expresso/não expresso)	12/123 = 9,8%	58/145 = 40,0%
Você	16/123 = 13,0%	6/145 = 4,1%
Eles (expresso/não expresso)	30/123 = 24,4%	7/145 = 4,8%
Eu	4/123 = 3,3%	13/145 = 9,0%
Verbo na 3ª pes. do sing. + <i>se</i>	1/123 = 0,8%	2/145 = 1,4%
Formas nominais	38/123 = 30,9%	38/145 = 26,2%
Pronomes indefinidos	20/123 = 16,3%	12/145 = 8,3%
Ø + verbo na 3ª pes. do sing.	2/123 = 1,6%	9/145 = 6,2%

Fonte: Souza (2015, p. 90)

Analisando os índices expostos na **Tabela 3**, encontram-se duas situações que merecem comentários. O percentual de meninas que fazem uso da estratégia *nós*, não referendada pela GT, porém amplamente aceita como estratégia utilizada em artigos de opinião, é aproximadamente quatro vezes maior, totalizando 40.0% das ocorrências, do que o percentual masculino, apenas 9.8%. Todavia, em relação ao uso da estratégia *você*, a situação se inverte. Nesse caso, os meninos fazem uso dessa estratégia cerca de três vezes mais do que as meninas.

Ainda com relação à diferença comportamental comentada anteriormente, faz-se a ressalva de que esse resultado está em conformidade com os pressupostos labovianos (LABOV, 1972). Esses destacam que há a preferência feminina, se comparada ao gênero/sexo masculino, pelas formas linguísticas socialmente prestigiadas e sua maior resistência em relação às inovações no âmbito da língua quando estas são interpretadas como menos padrão. Em se tratando de artigos de opinião produzidos em situação escolar, o uso

das estratégias consideradas menos prestigiosas, como *você*, seria naturalmente evitado por mulheres, enquanto a forma *nós*, dada a aparente neutralidade quanto à avaliação desse uso, seria incorporada mais amplamente por elas, que, nesse caso, assumiriam um perfil inovador.

5. REFLEXÕES PARA O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Após a análise dos resultados do *corpus* constituído pelos artigos de opinião, é preciso que se considerem certos aspectos com relação ao ensino do tema indeterminação do sujeito nas escolas.

O primeiro deles diz respeito ao amplo repertório que os alunos detêm para construir sentenças com referente indeterminado, ignorado pela escola. No que se refere particularmente à expressão do sujeito, os alunos, além de fazerem uso de estratégias referendadas pela GT, como é o caso de \emptyset + verbo na terceira pessoa do plural, agrupada dentro da estratégia *eles* (expresso/não expresso), valem-se de estratégias não descritas pela GT, como o uso das formas nominais (com variados graus de indeterminação), das formas pronominais *nós* e *você* e também das formas pronominais indefinidas *alguém*, *ninguém*, *todo*. Continuar ignorando esse repertório de formas – ainda que elas não sejam perfeitamente sinonímicas e se prestem a referências com maior ou menor grau de indefinidade – significa oferecer um ensino que não contempla todas as possibilidades criativas da língua “para significar” e que, portanto, menospreza os conhecimentos dos alunos.

O segundo aspecto diz respeito à escolha da estratégia de indeterminação e o conhecimento que o aluno tem ou não tem do referente em questão. Quando desconhecem o referente, os estudantes valem-se preferencialmente das formas nominais, que, surpreendentemente, são produtivamente utilizadas nos artigos de opinião, ainda mais quando os estudantes têm certo conhecimento ou conhecimento total do referente sujeito.

O terceiro ponto diz respeito às estratégias de indeterminação utilizadas na fala espontânea, como “neguinho”, “geral”, “a gente”, que são consideradas por vezes informais e inadequadas em contextos mais monitorados de fala ou de escrita. Nenhuma delas foi empregada pelos discentes, o que demonstra que, mesmo ainda em processo de letramento, esses aprendentes já possuem certa noção de adequabilidade em relação às situações de uso monitorado da língua, sobretudo na modalidade escrita.

O quarto ponto a ser destacado se refere ao uso da forma pronominal *nós*. O representativo percentual de uso dessa estratégia demonstra que, ainda que a escola não a

venha ensinando como forma de indeterminar o sujeito, está cada vez mais evidente que tem espaço garantido nos textos, principalmente, os do tipo dissertativo-argumentativo, conforme também atestaram os estudos sociolinguísticos anteriores ao presente trabalho. Dessa forma, essa estratégia precisa ser discutida e apresentada em sala de aula, de modo que os efeitos semânticos do emprego de formas pronominais possam ser reconhecidos pelos alunos de modo consciente.

O penúltimo ponto que não se pode deixar de comentar é a respeito da questão do uso das formas pronominais *alguém* e *ninguém* como formas de indeterminar, visto que tradicionalmente são classificadas como sujeito determinado (simples) quando aparecem em frases como em (37):

(37) *Ninguém* poderá andar seguro nas ruas.

Essas formas foram amplamente empregadas pelos alunos como estratégias de indeterminação. Isso mostra que o conceito de indeterminação do sujeito está atrelado ao valor semântico do referente e que o quadro tradicional de classificação de sujeitos não dá conta de distinguir o plano da expressão do plano da referência, como mostra Duarte (2007). Assim, é possível demonstrar que sujeitos “simples” do ponto de vista formal (expressos com um núcleo), como *alguém*, podem ser, do ponto de vista semântico, indefinidos (“indeterminados”).

Por fim, o reduzido uso da estrutura verbo na terceira pessoa do singular + *se* denota que os discentes devem, pelo menos, ser apresentados a essa construção no Ensino Fundamental, haja vista que ela poderá ser discutida e ampliada no Ensino Médio. Sobre essa questão, este trabalho converge com as palavras de Duarte (2013):

não há dúvida de que devemos ensinar gramática no momento certo e da maneira certa. Esse momento seria a partir do segundo segmento do Ensino Fundamental, incluindo, a partir do Ensino Médio, informações e reflexões sobre a gramática de sincronias passadas para que o aluno possa mergulhar em fases anteriores da nossa literatura.

No caso da estratégia de indeterminação do sujeito que se vale do pronome *se*, é preciso atentar para seu produtivo uso na escrita culta não só literária, mas também jornalística e acadêmica. Desse modo, introduzir essa estratégia ao longo dos anos de escolarização implica tornar possível ao aluno o acesso a diferentes gêneros textuais da modalidade escrita, de modo a ampliar sua capacidade de leitura e escritura, nas situações sociais em que os usos menos típicos da fala vernacular sejam praticados.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho permitiu, através de uma pesquisa de base sociolinguística, verificar quais estratégias de indeterminação são usadas por alunos que estão terminando o Ensino Fundamental, fazendo uma espécie de diagnóstico da realidade da sala de aula, quanto ao domínio do tema estudado, por meio da redação de artigos de opinião.

É possível perceber com os resultados obtidos que os sintagmas nominais generalizantes como *a pessoa* e *o indivíduo*, entre outros, representam a estratégia de indeterminação preferida pelos alunos participantes da pesquisa, seguida de perto pelo emprego da forma pronominal *nós*. Outras estratégias não referendadas pela GT foram também bastante acionadas por eles, como é o caso dos pronomes indefinidos *alguém*, *ninguém* e *todo* e das formas pronominais *você* e *eu*.

Os resultados evidenciam ainda que a estratégia de indeterminação verbo na terceira pessoa do singular + *se*, mesmo que não se faça a distinção proposta pela GT entre *se* indeterminador ou apassivador, é uma estrutura de baixa frequência em gêneros textuais diversos e até mesmo no gênero artigo de opinião, que favorece o seu uso, o que representa outro desafio para o ensino de Língua Portuguesa.

Se, por um lado, os resultados do *corpus* revelam que as estratégias não reconhecidas pela GT são as mais acionadas pelos alunos, por outro, chamam a atenção para o baixo percentual de uso das estratégias referendadas por ela. Somados os percentuais, atesta-se que essas estratégias representam 85,1% do *corpus*, ao passo que as referendadas apenas 14,9%.

Tais percentuais ilustram a necessidade de a escola repensar a maneira como vem lidando com a questão da indeterminação, já que não tem tido sucesso ao ensinar apenas as formas tradicionais para os alunos e vem ignorando as formas que estes usam em seu cotidiano e que diversos gêneros textuais também registram.

Aqui, faz-se um alerta, então, com relação ao não aproveitamento do tema da indeterminação do sujeito para um trabalho em sala de aula sob a ótica da variação linguística. Parece que, como também afirma Bravin dos Santos (2007, p. 01), o tratamento escolar da variação se restringe às variantes estigmatizadas e em contextos bem delimitados para a instituição escolar: “A impressão que se tem é a de que só ocorre variação linguística na fala de pessoas de regiões interioranas ou de indivíduos com baixo grau de letramento.”

De modo geral, tendo por base os resultados da pesquisa sociolinguística, espera-se que o mapeamento das estratégias empregadas pelos alunos e as reflexões dele advindas possam contribuir não só para o conhecimento científico do tema, mas também para aqueles que se ocupam do processo de ensino-aprendizagem dos recursos variáveis disponibilizados pela Língua Portuguesa.

Subject indeterminacy strategies in the construction of opinion articles in Elementary School: from grammatical norm to linguistic variation

ABSTRACT:

The article presents a variationist research with the objective of verifying which strategies in indeterminacy grammatical subjects are used by students in the final year of Elementary School when writing of opinion articles. The research is based on the theoretical postulates of Duarte (2007, 2013), Bravin (2012) and Perini (2010, 2013) who consider the existence of more subject indeterminacy strategies besides the two strategies that Traditional Grammar illustrates. The results obtained show that students make use of a varied number of indetermination strategies, in addition to those endorsed by Traditional Grammar, which, on the other hand, were little used. In addition, they also point out to the need for the school to rethink the way it has been working on the subject if it wishes to carry out a productive and reflective work regarding subject indeterminacy in line with the official documents that regulate the teaching of the Portuguese language.

KEYWORDS: Subject Indeterminacy. Opinion article. Elementary School. Grammar. Variation.

REFERÊNCIAS:

- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2017.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa**. Brasília: Ministério da Educação, 1998b.
- BRAVIN DOS SANTOS, Angela Marina. Variação linguística e o estudo da indeterminação do sujeito nas escolas brasileiras. In: PALOMANES, R. & BRAVIN, A. M. (Orgs.). **Práticas de ensino do português**. São Paulo: Contexto, 2012. p.75-89.
- _____.Variação e letramento em escolas urbanas. In: IX FÓRUM DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS (FELIN), Rio de Janeiro, 2007, p. 01-08.
- _____.Estratégias de indeterminação em textos de alunos do Ensino Médio. In: VII CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA, 2003, Rio de Janeiro. Cadernos do CNLF, 2003. p. 94-97.
- CAVALCANTE, Silvia Regina de Oliveira. A indeterminação do sujeito na escrita padrão: a imprensa carioca dos séculos XIX e XX. 1999. 177f. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas). Departamento de Letras Vernáculas da Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.
- CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português Brasileiro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. Termos da oração. In: VIEIRA, S. R.; BRANDÃO, S. F. (Orgs.). **Ensino de gramática: descrição e uso**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013a.
- _____. O papel da Sociolinguística no (re)conhecimento do português brasileiro e suas implicações para o ensino. **Revista Letra**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 15-30, 2013b.
- _____. Sobre o ensino de gramática nos níveis fundamental e médio: por que como e quando? **Revista Matraca**, Rio de Janeiro, v. 19, n.30, p. 41-60, 2012.
- _____. Sujeitos de referência definida e arbitrária: aspectos conservadores e inovadores na escrita padrão. **Revista Linguística**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 89-115, junho 2007.
- _____; VAREJÃO, Filomena. Null subjects and agreement marks in European and Brazilian Portuguese, Lisboa **Journal of Portuguese Linguistics**, ano 12, v. 2, p. 101-123, 2013.

FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira**: desatando alguns nós. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GASPARI, Elio. Uma proposta para a maioria penal. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 05 de maio de 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/eliogasparsi/2013/05/1273454-uma-proposta-para-a-maioridade-penal.shtml>>. Acesso em: 23 out. 2014.

KATO, M.A. A gramática do letrado: Questões para a teoria gramatical. In: MARQUES, M.A.; KOLLER, E.; TEIXEIRA, J.; LEMOS, S.A. (Orgs.). **Ciências da linguagem: Trinta anos de investigação e ensino**. Braga: CEHUM (U. do Minho), 2005, p. 131-145.

LABOV, William. **Sociolinguistic patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press. 1972.

MOLLICA, M. C. & BRAGA, M. L. (Orgs.). **Introdução à sociolinguística**: o tratamento da variação. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2013, p. 28.

PAIVA, Maria da Conceição de. A variável gênero/sexo. In: MOLLICA, M.C. & BRAGA, M. L. (Orgs.). **Introdução à sociolinguística**: o tratamento da variação. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2013, p. 33-42.

PERINI, Mario. **Gramática do português brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

_____. **Para uma nova gramática do Português**. São Paulo: Ática, 2010.

SOUZA, Daniela da Silva de. Estratégias de indeterminação do sujeito: uma proposta pedagógica para o ensino de gramática. 2015. 162f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras- PROFLETRAS) – Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2015.

VARGAS, Amanda de Santana Campos. Estratégias pronominais de indeterminação: um estudo diacrônico. 2010. 113f. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas), Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Tradução Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.